

ATIBAIA SANEAMENTO S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Atibaia Saneamento S.A.
Atibaia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atibaia Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atibaia Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as

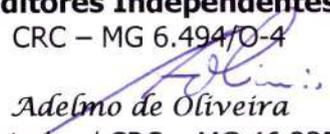
correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Atibaia, 24 de agosto de 2018

Moore Stephens Consulting News
Auditores Independentes

CRC – MG 6.494/O-4


Adelfino de Oliveira

Contador / CRC – MG 46.235

Atibaia Saneamento S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	4	65	Fornecedores e outras contas a pagar	12	2.003	2.453
Outros investimentos	9	1.105	176	Financiamentos	13	25.092	21.062
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	17.833	9.516	Obrigações fiscais	14	751	102
Estoques		40	15	Provisões e encargos trabalhistas		437	427
Impostos e contribuições a recuperar	11	438	376	Total do passivo circulante		28.283	24.044
Despesas antecipadas		23	27				
Total do ativo circulante		19.443	10.175	Não circulante		690	861
Não circulante				Obrigações fiscais	14		
Realizável a longo prazo				Total do passivo não circulante		690	861
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	4.221	11.568				
Impostos e contribuições a recuperar	11	638	478	Patrimônio líquido	16		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	1.542	869	Capital social		10	10
Total do realizável o longo prazo		6.401	12.915	Prejuízos acumulados		(3.090)	(1.755)
				Total do patrimônio líquido		(3.080)	(1.755)
Imobilizado		48	58	Total do passivo		28.973	24.905
Intangível		1	2				
Total do ativo não circulante		6.450	12.975	Total do passivo e patrimônio líquido		25.893	23.150
Total do ativo		25.893	23.150				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	20	9.184	10.428
Custo dos serviços prestados	21	<u>(4.719)</u>	<u>(6.370)</u>
Lucro bruto		<u>4.465</u>	<u>4.058</u>
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	21	<u>(2.508)</u>	<u>(2.203)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>1.957</u>	<u>1.855</u>
Receitas financeiras	22	193	171
Despesas financeiras	22	<u>(4.148)</u>	<u>(3.980)</u>
Despesas financeiras líquidas	22	<u>(3.955)</u>	<u>(3.809)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(1.998)</u>	<u>(1.954)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	<u>673</u>	<u>657</u>
Resultado do exercício		<u>(1.325)</u>	<u>(1.297)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado do exercício	<u>(1.325)</u>	<u>(1.297)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(1.325)</u></u>	<u><u>(1.297)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital Social			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10	(9)	1	(468)	(467)
Integralização de capital	-	9	9	-	9
Resultado do exercício	-	-	-	(1.297)	(1.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10	-	10	(1.765)	(1.755)
Resultado do exercício	-	-	-	(1.325)	(1.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10	-	10	(3.090)	(3.080)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(1.325)	(1.297)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	13	11
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(673)	(657)
PIS e COFINS diferidos	(146)	216
Juros sobre atualização do contas a receber de clientes e outros investimentos	(2.478)	(1.293)
Juros incorridos de financiamentos	4.030	3.890
	(579)	870
Variações em:		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	1.498	2.351
(Aumento) em estoques	(25)	(15)
(Aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(222)	(278)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	4	(11)
(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar	(450)	1.869
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	10	108
Aumento em obrigações fiscais	624	16
	860	4.910
Caixa gerado nas atividades operacionais	860	4.910
Juros pagos de financiamentos	-	(6.280)
	860	(1.370)
Fluxo de caixa provenientes das (usado nas) atividades operacionais	860	(1.370)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(2)	(27)
Outros investimentos	(919)	1.348
	(921)	1.321
Fluxo de caixa (usado nas) provenientes das atividades de investimentos	(921)	1.321
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Integralização de capital	-	9
	-	9
Fluxo de caixa provenientes das atividades de financiamentos	-	9
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(61)	(40)
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	65	105
	4	65
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Atibaia Saneamento S.A. (anteriormente denominada CAB Atibaia S.A.) "Companhia" é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Atibaia – São Paulo, na Rua Aniceto Tavares, 50, Bairro: Recreio Estoril, foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia - SAAE por meio de concessão administrativa para a prestação dos serviços de esgotamento sanitário, que compreendem a coleta, o afastamento, o tratamento de esgotos sanitários e a disposição final do lodo, contemplando a realização das obras e investimentos necessários para a universalização do sistema, bem como a assunção, a operação e a manutenção de todo sistema operacional existente. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Parceria Público Privada nº 25/2012.

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2043.

Aditivos ao contrato de concessão

Em 1º de dezembro de 2017, a Companhia e o SAAE firmaram o segundo termo aditivo ao contrato estabelecendo (i) novo cronograma físico-financeiro com inclusão de novos investimentos e exclusão de obrigações priorizando a alavancagem de faturamento do SAAE; e (ii) postergação da contraprestação fixa plena para o décimo primeiro ano do contrato, restando a aplicação de um percentual de reequilíbrio na contraprestação fixa e no preço unitário (PU) de 17,5% em dezembro de 2017, 6,38% em julho de 2018, 6,38% em julho de 2019 e 6,38% em julho de 2020.

Acordos de investimentos da controladora Iguá Saneamento S.A.

Conforme nota explicativa nº 27 - eventos subsequentes, em 20 de julho de 2017 foram concluídas as operações previstas no Acordo de Investimentos e Outras Avenças, firmado em 17 de novembro de 2016 entre a controladora Iguá, a Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) e o BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, juntamente com o Banco Votorantim S.A. e a RKP BRL Investments I LLC; sendo efetivadas as operações:

- a) A controladora da Companhia (i) alterou a razão social de Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental para Iguá Saneamento S.A.; (ii) alterou a composição acionária e passou a ser controlada pela Iguá Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, e desta forma, a composição do capital social da Iguá passou a ser a seguinte:

	<u>Participação</u>
Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	84,18%
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	15,82%
Total	<u>100,00%</u>

(iii) Houve aumento do capital social no montante de R\$ 255.914, sendo R\$ 185.914 mediante capitalização dos créditos detidos pela Iguá Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia relativos às cédulas de crédito e debêntures da controladora no valor total de R\$ 102.682 e R\$ 83.232, respectivamente e R\$ 70.000 em moeda corrente;

- b) Reperfilamento das dívidas do Grupo Iguá restabelecendo a capacidade de liquidez de curto prazo, fato este que favoreceu a retomada de crédito do Grupo com as instituições financeiras;
- c) Aprovação do Plano de Negócio 2017/2022 o qual reflete a continuidade operacional da Companhia e do Grupo; e

Em 30 de julho de 2018, conforme nota explicativa nº 27 – eventos subsequentes, a controladora Iguá firmou, juntamente com o Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, atual acionista controlador (“FIP Iguá”), RKP BRL Investments I LLC (“IG4 Capital”) e PIP6 Agua LP, uma afiliada do *Alberta Investment Management Corporation* (“AIMCo”), um Acordo de Investimento, pelo qual a AIMCo se comprometeu, em nome de seus clientes, sujeito ao cumprimento de determinadas condições suspensivas tipicamente previstas em operações semelhantes, a realizar aporte de recursos no FIP Iguá de até R\$400.000, que serão aportados pelo FIP Iguá na Iguá Saneamento S.A.

A Companhia entende que suas operações, atreladas às premissas acima mencionadas, serão suficientes para gerar caixa positivo e cumprir com todas as obrigações contratuais e financeiras para os próximos anos.

O exercício social da Companhia encerra em 31 de dezembro de cada ano.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 20 de agosto de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 10 - realização do contas a receber e outros recebíveis provenientes do contrato de construção;
- Nota explicativa nº 15- reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 19 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 18 - instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) **Contratos de concessão de serviços e construção com a Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia - SAAE**

A Companhia possui um único contrato de concessão junto ao SAAE, o qual, de acordo com ICPC01 (R1) - Contratos de concessão e OCPC 05, foi dividido entre obras (CPC 17 (R1) contratos de construção) e serviços (CPC 30 (R1) Receitas).

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sobre contrato de concessão é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), consistente com a política contábil da Companhia para o reconhecimento de receita sobre contratos de construção, visto que o risco da demanda dessa obra é do SAAE.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Quando a Companhia é remunerada pelo poder concedente, os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para

mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida pelas taxas anuais estimadas da margem apurada no plano de negócio do contrato da concessão e os juros efetivos são determinados também levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio para os recebíveis das obras que ocorrerão até o final dos contratos de concessão.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos na demonstração do resultado de sua competência e estão diretamente relacionadas ao respectivo ativo financeiro formado. As taxas utilizadas estão descritas abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Margem bruta sobre contrato de construção	28,80%	28,80%
Juros efetivos do contrato de concessão	20,57%	14,24%

A Companhia reconhece as receitas com base em taxas anuais revisadas, calculadas com base em plano de negócio atualizado.

b. Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente ao contrato de concessão pública. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre outros investimentos;
- juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- descontos obtidos;
- despesas com juros sobre financiamentos;
- operações com partes relacionadas; e
- outras despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) **Plano de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

e. **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) **Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) **Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributárias relevantes. Se o montante das diferenças tributárias for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base no plano de negócio da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil

estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas dos ativos imobilizados são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis são as seguintes:

Software	5 anos
----------	--------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Concessão

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial.

(iii) **Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

j. **Capital social**

(i) **Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

k. **Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2016.

I. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(a)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de

dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A seguir apresentamos as novas normas e alterações emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018:

IFRS 9/CPC48 - Instrumentos Financeiros - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual não impactou em diferenças significativas.

IFRS 15/CPC47 - Receita de Contratos com Clientes - estabelece um novo modelo contendo cinco passos que devem ser aplicados às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15/CPC 47, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma substitui a IAS 18 - Receitas, IAS 11 - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual não impactou em diferenças significativas.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 6 (i).

	2016	2015
Saldos bancários	4	65

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado e de crédito relacionados a cixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 18.

9 Outros investimentos

Veja política contábil na nota explicativa 6 (i).

	2016	2015
Compromissadas lastreadas em debêntures	1.105	176

Em 31 de dezembro de 2016 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI foi de 8,73% (9,67% em 31 de dezembro de 2015). Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com previsibilidade de resgate imediato.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a outros investimentos estão incluídas na nota explicativa nº 18.

10 Contas a receber e outros recebíveis

Veja política contábil na nota explicativa 6 (i).

	Nota	2016	2015
Recebíveis de contratos de concessão		18.111	13.446
Partes relacionadas - conta corrente	23	3.894	7.449
Partes relacionadas - operações mensais	23	29	144
Adiantamentos		20	45
Ativo circulante		17.833	9.516
Ativo não circulante		4.221	11.568
Total		22.054	21.084

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.567
Receita decorrente de serviços de construção	5.430
Receita decorrente de serviços de operação	4.791
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	1.271
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão	(5.613)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.446
Receita decorrente de serviços de construção	3.043
Receita decorrente de serviços de operação	4.608
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	2.468
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão	(5.454)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.111

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 18.

11 Impostos e contribuições a recuperar

	2016	2015
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	654	392
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	172	312
Programa de Integração Social (PIS)	142	85
Base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	64	39
PIS / COFINS / CSLL retidos na fonte	30	12
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre prestações de serviços	14	14
Ativo circulante	438	376
Ativo não circulante	638	478
Total	1.076	854

12 Fornecedores e outras contas pagar

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (i).

	Nota	2016	2015
Fornecedores diversos		1.419	1.501
Partes relacionadas - operações mensais	23	363	746
Prestadores de serviços de obra		221	206
Total		2.003	2.453

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 18.

13 Financiamentos

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (i).

Linha de crédito	Indexador	Juros	Vencimento	2016	2015
		médios a.a. (%)			
Cédula de Crédito	CDI	18,50	2017	25.092	21.062

Informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 18.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Em 5 de dezembro de 2016, mediante quarto termo aditivo, o vencimento das CCBs foi prorrogado para 16 de janeiro de 2017.

Em 12 de maio de 2017, conforme nota explicativa nº 27 – eventos subsequentes foi firmado aditamento à cédula de crédito bancário da Companhia, prorrogando o vencimento do saldo devedor para 31 de janeiro de 2019 respectivamente, desde que cumprido o acordo de investimento da controladora Iguá Saneamento S.A. O fechamento do acordo de investimentos ocorreu em 20 de julho de 2017 e portanto, o aditivo se tornou efetivo.

A garantia da cédula de crédito é o aval da controladora Iguá Saneamento S.A. Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

	Valor	12
31 de dezembro de 2016	contábil	meses
Financiamentos	25.092	25.092

	Valor	12
31 de dezembro de 2015	contábil	meses
Financiamentos	21.062	21.062

b. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Financiamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2015	21.062
Total de variações do fluxo de caixa de financiamento	-
Outras variações	
Provisão de juros	4.030
Total de outras variações	4.030
Saldo em 31 de dezembro de 2016	25.092

14 Obrigações fiscais

	2016	2015
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido – concessão	588	708
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	559	44
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido – concessão	128	154
Programa de Integração Social (PIS)	121	10
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	21	30
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	11	9
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte	11	8
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre serviços de terceiros	2	-
Passivo circulante	751	102
Passivo não circulante	690	861
Total	1.441	963

15 Provisão para contingências

Veja política contábil na nota explicativa 6 (I).

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia a probabilidade de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhista, previdenciária, ambiental, tributária, cível e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

A Companhia considera não existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, não constituiu nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

Contingências passivas não provisionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras relativas aos processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

16 Patrimônio líquido

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (j).

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 está representado por 10.000 ações ordinárias, sem valor nominal (idêntico em 31 de dezembro de 2015), pertencentes ao seguinte acionista:

	Em % de participação	
	2016	2015
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral, sendo utilizada primeiramente para à compensação de prejuízos do exercício.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Lei 6.404/76 determina no mínimo a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

17 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2016	2015
Total do passivo	28.973	24.905
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4)	(65)
(=) Capital de terceiros líquido (A)	28.969	24.840
Total do patrimônio líquido (B)	(3.080)	(1.755)
Índice de alavancagem em 31 de dezembro $A/(A+B)$	1,12	1,08

18 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis		Outros passivos financeiros	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015
Outros investimentos	9	1.105	176	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	10	-	-	22.054	21.084	-	-
Ativos financeiros		1.105	176	22.054	21.084	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	-	-	-	2.003	2.453
Financiamentos	13	-	-	-	-	25.092	21.062
Passivos Financeiros		-	-	-	-	27.095	23.515

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido

ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2016.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de cliente e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com o SAAE, que prevê reequilíbrio econômico-financeiro.

Conforme nota explicativa nº 27 – eventos subsequentes, mediante segundo termo aditivo ao contrato de concessão, o pagamento das contraprestações em atraso que totalizam o montante de R\$ 9.789 relativas ao período de novembro de 2015 a janeiro de 2017, serão pagas em parcelas mensais de R\$ 200 a partir de janeiro de 2019.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	8	4	65
Outros investimentos	9	1.105	176
Contas a receber e outros recebíveis (*)	10	22.034	21.039
Ativo circulante		18.922	9.712
Ativo não circulante		4.221	11.568
Total		23.143	21.280

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2016	2015
Financiamentos	13	25.092	21.062
Fornecedores e outras contas a pagar	12	2.003	2.453
Total		27.095	23.515

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Valor	Fluxo de caixa	12
31 de dezembro de 2016	contábil	contratual	meses
Financiamentos	25.092	25.362	25.362
Fornecedores e outras contas a pagar	2.003	2.003	2.003
Total	27.095	27.365	27.365

	Valor	Fluxo de caixa	12
31 de dezembro de 2015	contábil	contratual	meses
Financiamentos	21.062	22.353	22.353
Fornecedores e outras contas a pagar	2.453	2.453	2.453
Total	23.515	24.806	24.806

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iv) ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e ao IPCA.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Nota	2016	2015
Ativos financeiros			
Outros investimentos	9	1.105	176
Recebíveis de contratos de concessão	10	18.111	13.446
Total		19.216	13.622
Passivos financeiros			
Financiamentos	13	25.092	21.062

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Outros investimentos	1.105	CDI	7,54	83	9,43	104	11,31	125
Recebíveis de contratos de concessão	18.111	IPCA	5,10	924	6,38	1.155	7,65	1.385
Passivos financeiros								
Financiamentos	(25.092)	CDI	11,80	(2.961)	14,75	(3.701)	17,70	(4.441)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(5.876)			(1.954)		(2.442)		(2.931)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						(488)		(977)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	1.105	CDI	7,54	83	5,66	62	3,77	42
Recebíveis de contratos de concessão	18.111	IPCA	5,10	924	3,83	693	2,55	462
Passivos financeiros								
Financiamentos	(25.092)	CDI	11,80	(2.961)	8,85	(2.221)	5,90	(1.481)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(5.876)			(1.954)		(1.466)		(977)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						488		977

Fontes: a informação do CDI e ICPA foram extraídas do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN na base data-base do último dia útil de dezembro de 2016.

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja política contábil na nota explicativa 6 (e).

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	2.155	645	-	-	1.510	292
Contas a receber – contrato de concessão	1.168	195	-	-	973	353
Contas a receber - diferimento de serviços prestados para órgão público	-	-	1.831	-	(1.831)	-
Outras diferenças temporárias	50	29	-	-	21	12
	<u>3.373</u>	<u>869</u>	<u>1.831</u>	<u>-</u>	<u>673</u>	<u>657</u>
Compensação (*)	(1.831)	-	(1.831)	-	-	-
Total	<u>1.542</u>	<u>869</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>673</u>	<u>657</u>

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.

- (*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

	2016	2015
Reconciliação da taxa efetiva		
Resultado do exercício antes dos impostos	(1.998)	(1.954)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	679	664
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(6)	(7)
Imposto diferido	673	657
Alíquota efetiva	34%	34%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

20 Receita operacional líquida

Veja política contábil na nota explicativa 6 (a) e (b).

	2016	2015
Receita de prestação de serviço da operação	4.608	4.791
Receita de construção	3.043	5.430
Receita de ativo financeiro	2.468	1.271
Impostos sobre os serviços prestados	(935)	(1.064)
Total	9.184	10.428

21 Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2016	2015
Custo de construção	(1.966)	(3.508)
Custos de concessão	(1.249)	(1.413)
Custos com pessoal	(831)	(770)
Custo com serviços contratados	(683)	(733)
Crédito Pis e Cofins	10	54
Total	(4.719)	(6.370)

Despesas administrativas e gerais	2016	2015
Despesas com pessoal	(1.133)	(1.242)
Serviços contratados	(866)	(642)
Outras despesas	(496)	(308)
Depreciação e amortização	(13)	(11)
Total	(2.508)	(2.203)

22 Despesas financeiras líquidas

Veja política contábil na nota explicativa 6 (c)

Receitas financeiras	2016	2015
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	178	147
Juros de aplicações financeiras	10	22
Descontos obtidos	5	2
Total	193	171

Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(4.030)	(3.890)
Outras despesas financeiras	(118)	(90)
Total	(4.148)	(3.980)

Despesas financeiras líquidas	(3.955)	(3.809)
--------------------------------------	----------------	----------------

23 Partes relacionadas

a. Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A., onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

b. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 10)	(Nota 10)	(Nota 12)	(Nota 12)		
Galvão Engenharia S.A. (em recuperação judicial)						
- Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	83	83	-	(19)
Iguá Saneamento S.A.						
- Contrato de assistência técnica	(b)	-	-	356	(531)	(443)
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(a)	-	44	84	(166)	(84)
Repasses de recursos e custos com serviços compartilhados	(c)	29	236	223	21	590
Total		29	363	746	(676)	44
Em clientes e outras contas a receber e financiamentos	(Nota 10)	(Nota 10)				
Conta corrente	(d)	3.894	-	-	-	-
Total		3.894	-	-	-	-

- (a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre a Companhia e as partes para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (b) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e sua controladora com vigência até o término do contrato de concessão e parcelas mensais a serem pagas equivalentes a 5% da receita líquida.
- (c) Refere-se a repasse de compartilhamento de recursos e rateio de despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (d) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.

24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	2016	2015
Seguro garantia	6.070	6.302
Responsabilidade civil	2.000	2.000
Patrimonial riscos diversos	2.900	4.030
Total	10.970	12.332

25 Compromissos

a. Compromissos vinculados ao contrato de concessão administrativa

A Companhia assumiu o compromisso de efetuar todos os investimentos previstos no contrato de Parceria Público Privado - PPP. Tais compromissos e investimentos contratuais foram cumpridos até 31 de dezembro de 2016, mas não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

b. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

26 Eventos subsequentes

Aditivo ao contrato de concessão

Em 1 de dezembro de 2017, a Companhia e o SAAE firmaram o segundo termo aditivo ao contrato de concessão com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro no qual foram computados todos os aumentos e reduções de custos e despesas em benefício e em prejuízo de ambas as partes, estabelecendo principalmente um (i) novo cronograma físico-financeiro com inclusão de novos investimentos e exclusão de obrigações; e (ii) a consequente adequação do valor da contraprestação mensal, mediante postergação da contraprestação fixa plena para o décimo primeiro ano do contrato de concessão, restando a aplicação de um percentual de reequilíbrio na contraprestação fixa e no preço unitário (PU) de 17,50% em dezembro de 2017, 6,38% em julho de 2018, 6,38% em julho de 2019 e 6,38% em julho de 2020 que também será acrescida de R\$ 200 mensais a partir de janeiro de 2019 para quitação dos valores que se encontram em aberto até a data da assinatura do aditivo.

Acordos de investimento da controladora Iguá Saneamento S.A.

Em 17 de novembro de 2016 a controladora Iguá Saneamento S.A. firmou Acordo de Investimento que, entre outras obrigações, estabeleceu a contribuição das ações detidas pela Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) a um Fundo de Investimento em Participações e a reestruturação da dívida do Grupo com instituições financeiras.

Em 20 de julho de 2017, foram concluídos todos os atos do fechamento previstos no Acordo de Investimento da controladora Iguá. Desta forma, conforme Assembleia Geral

Extraordinária, a controladora (i) passou a ter a denominação social Iguá Saneamento S.A., (ii) aumentou seu capital social no montante de R\$ 255.914, mediante emissão de 69.169.768 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas através de aporte em moeda corrente no montante de R\$ 70.000 e por meio de crédito devido pela Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia provenientes da conversão de dívidas da controladora no montante de R\$ 185.914, que passa a controlar a Iguá Saneamento S.A. Desta forma, a composição do capital social da controladora passa a ser a seguinte:

	<u>Participação</u>
Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	84,18%
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	15,82%
Total	<u><u>100,00%</u></u>

Em 30 de julho de 2018, a Companhia firmou, juntamente com o Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, atual acionista controlador ("FIP Iguá"), RKP BRL Investments I LLC ("IG4 Capital") e PIP6 Agua LP, uma afiliada do *Alberta Investment Management Corporation* ("AIMCo"), outro Acordo de Investimento, pelo qual a AIMCo se comprometeu, em nome de seus clientes, sujeito ao cumprimento de determinadas condições suspensivas tipicamente previstas em operações semelhantes, a realizar aporte de recursos no FIP Iguá de até R\$400.000, que serão aportados pelo FIP Iguá na Companhia.

Aditivos ao contrato de financiamento

Após a conclusão do acordo de investimento da Iguá Saneamento S.A., em 20 de julho de 2017, foi efetivada a prorrogação do vencimento do saldo devedor para 31 de janeiro de 2019, conforme termo de aditamento às cédulas de crédito bancário firmado em 12 de maio de 2017 junto ao Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A

Composição da Diretoria

Presidente do Grupo Iguá
Gustavo Fernandes Guimarães – CEO

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores do Grupo Iguá
Felipe Rath Fingerl - CFO

Diretor de Controladoria e Gestão do Grupo Iguá
Denilson de Paula Gonzaga

Diretoria
Jean Paul Cabral Veiga da Rocha
Eduardo Henrique Telles Caldeira

Contadora
Patricia Hirano Diz
CRC/SP nº SP-265232/O-9